



RENOVA ENERGIA S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF 08.534.605/0001-74

NIRE 35.300.358.295

Senhores acionistas da Renova Energia S.A. ("Companhia" ou "Renova"), em atenção à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 29 de abril de 2016, às 11:00 horas, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGO").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da Administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da Administração relacionados à AGO:

1. *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.*

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2015, a administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Referidos documentos estão disponíveis para consulta no *website* – www.renovaenergia.com.br, tendo sido enviados à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA em 28.03.2016 e serão publicados em 30 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao artigo 9º da ICVM 481/09 seguem nos termos do Anexo I à presente Proposta.

2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A Administração propõe que os Senhores Acionistas apreciem e aprovelem a proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2016 e demonstrada, resumidamente, no quadro a seguir:

Destinação do Resultado do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Lucro líquido do exercício	118.192
Compensação de prejuízo	(71.775)
Reserva legal (5% do lucro líquido)	(2.321)
Dividendos mínimos obrigatórios (Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos)	(11.024)
Reserva de Lucros (Reserva de Investimentos)	<u>33.072</u>

As informações do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão contempladas no Anexo II à presente Proposta.

3. Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2016.

A Administração da Companhia propõe que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2016 seja de até R\$14.096.466,10 (quatorze milhões, noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dez centavos), sendo todo este valor utilizado para a remuneração dos membros da Diretoria. Os membros do Conselho de Administração não serão remunerados.

Nos termos do artigo 12, II, da ICVM 481/09, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência estão contempladas no Anexo III à presente Proposta.

4. Definir o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do *caput* do artigo 18 do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Propõe-se o número de 8 (oito) membros para composição do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros para compor Conselho de Administração:

EFETIVOS	SUPLENTES
Evandro Leite Vasconcelos	Luiz Felipe da Silva Veloso
César Vaz de Melo Fernandes	Wander Luiz de Oliveira

Ricardo Lopes Delneri	Thiago Montenegro Henry
Renato do Amaral Figueiredo	Daniel Teruo Famao
Luiz Felipe Negreiros de Sá	Renata Avidos Pereira Weiskopf
Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes	Roberto Caixeta Barroso
Geoffrey David Cleaver	Carlos José Teixeira Correa
Silvio Claudio Peixoto de Camargo	Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Voto Múltiplo

Os Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do referido processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Se validamente requerida a adoção de procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Votação majoritária

Caso ocorra a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia pela votação majoritária, nos termos do art. 129 da Lei das Sociedades por Ações, tal eleição dependerá do voto favorável de mais da metade dos votos válidos dos presentes proferidos em tal eleição.

Para mais informações sobre os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração acima indicados, vide documentos constantes do Anexo IV à presente Proposta (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).

São Paulo, 29 de março de 2016.

Evandro Leite Vasconcelos
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2015, 2014 e 2013 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2013, 2014 e 2015, a receita operacional líquida da Companhia foi R\$226,0 milhões e R\$302,9 milhões e R\$409,8 milhões, respectivamente, sendo que desde o terceiro trimestre de 2012, a receita passou a ser composta também pela receita dos parques eólicos da Companhia, em adição a receita das pequenas centrais hidrelétricas.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

(i) 2013: (a) emissão de empréstimos pontes para o Alto Sertão II junto ao BNDES no valor de R\$600,0 milhões; (b) emissão de notas promissórias com o Itaú no valor de R\$400,0 milhões. Esses

empréstimos serão quitados na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo, que será assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente; e (c) contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de até R\$108,0 milhões, que foi assinado, porém ainda não foi desembolsado em 2013;

(ii) 2014: (a) empréstimo de longo prazo no BNDES para o Alto Sertão II e desembolso parcial do mesmo; (b) emissão de debênture de infraestrutura na Renova Eólica, subholding da Companhia, no valor de R\$146,0 milhões, sendo que R\$73,0 milhões foram desembolsados em 2014 e R\$73,0 milhões em 2015 e (c) emissão de debênture na holding no valor de R\$500,0 milhões em substituição a antiga debênture e (d) empréstimo ponte junto ao BNDES para o Alto Sertão III, do qual R\$215,0 milhões já foram liberados.

(iii) 2015: (a) empréstimo ponte no BNDES para o Alto Sertão III no valor de R\$ 700 milhões e desembolso parcial do mesmo;
(b) renegociação de juros remuneratórios da debênture na holding no valor de R\$500,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida total da Companhia era de R\$2.377,8 milhões, ao passo que atingiu R\$2.759,1 milhões em 2014 e R\$2.257,7 milhões em 2013, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foi de 0,90, 1,10 e 2,56, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (passivo circulante dividido pelo ativo circulante) em 31 de dezembro de 2015 era de 2,72 (0,75 em dezembro de 2014 e 3,13 em dezembro de 2013).

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis de alavancagem satisfatórios, em linha com a prática de mercado e de acordo com o grau de desenvolvimento da Companhia.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos, no entanto devido a atrasos de repasse de financiamentos, em 2015 a estrutura de capital tem uma parcela maior formada por capital próprio, diferente dos anos de 2014 e 2013.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
		AV %		AV %		AV %
Capital de terceiros ¹	2.372.256	-13,4%	2.845.692	19,1%	2.390.256	72,8%
Capital próprio ²	2.581.499	2,9%	2.509.641	150,8%	1.000.600	27,2%
Total	5.044.516	-5,8%	5.355.224	57,9%	3.390.815	100,0%

Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$1,6 bilhões eram referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Desse montante, R\$ 2,4 bilhões eram referentes aos projetos eólicos da Renova. O custo de emissão desses financiamentos foi de R\$ 16,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014 o endividamento total da Companhia era de R\$2,8 bilhões, sendo que R\$2,5 bilhões eram referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Desse montante, R\$ 2,8 bilhões eram referentes aos projetos eólicos da Renova. O custo de emissão desses financiamentos foi de R\$ 13,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$2,0 bilhões eram referentes às operações de financiamento para os projetos eólicos, tanto de longo prazo como empréstimos pontes e notas promissórias e R\$102,2 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. Também compõe o endividamento uma emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$338,1 milhões. O custo de emissão foi de R\$11,3 milhões.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1. (a) e 10.1. (b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$550,6 milhões de ativo circulante e R\$1.497,0 milhões de passivo circulante, gerando um déficit de R\$940,4 milhões.

O passivo circulante contempla o desembolso de parte do empréstimo ponte no valor de R\$500 milhões, sendo que esse empréstimo será quitado com o desembolso do financiamento de longo prazo pelo BNDES ainda no primeiro semestre de 2016.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$692,7 milhões de ativo circulante e R\$517,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$175,4 milhões.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$441,6 milhões de ativo circulante e R\$1,4 bilhão de passivo circulante, gerando um déficit de R\$939,3 milhões. Importante ressaltar, que o montante de R\$1,0 bilhão que hoje estava alocado no passivo circulante foi substituído por um contrato de financiamento de longo prazo a celebrado entre a Companhia e o BNDES em 2014.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 estão apresentados na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil)	2015	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais	177.282	(32.925)	89.288
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(486.497)	(1.240.286)	(1.369.824)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	289.440	1.242.176	805.012
Caixa de aumento de participação em investida	-	(14.964)	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(19.775)	(45.999)	(475.524)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	86.599	132.598	608.122
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66.824	86.599	132.598

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 o caixa da Companhia reduziu sua posição final de caixa em R\$19,8 milhões em função de:

- Geração de caixa pelas atividades operacionais de R\$177,3 milhões;
- Fluxo de caixa positivo no valor de R\$289,4 milhões de financiamentos, principalmente em função do desembolso de parte do empréstimo ponte tomado junto ao BNDES e em função de empréstimos de curto prazo para capital de giro;
- Consumo de caixa no valor de R\$486,4 em investimentos, principalmente com o avanço das obras do Alto Sertão III.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o caixa da Companhia reduziu sua posição final de caixa em R\$46,0 milhões em função de:

- Consumo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$32,9 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1.240,3 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III;
- Entrada de caixa de R\$1.242,1 milhões principalmente em função da entrada de caixa do aumento de capital no valor de R\$ 810,4 milhões (valor atualizado) e também do desembolso de parte do empréstimo ponte tomado junto ao BNDES no valor de R\$ 215 milhões, entrada de caixa da primeira série da debênture de infraestrutura da Renova Eólica (Alto Sertão II) no valor de R\$ 73,0 milhões e nova debênture corporativa que substitui a debênture antiga, gerando uma entrada de caixa líquida no valor de R\$ 129,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o caixa da Companhia reduziu R\$475,5 milhões em função de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$89,3 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1,4 bilhão em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II;
- Entrada de caixa de R\$805,0 milhões em financiamentos em função dos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de Notas Promissórias, parcialmente compensado pelo pagamento de outros empréstimos em aberto.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração em construção, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e subholdings. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB, FINEP, Fundo Petros, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante.

A Companhia não possui ativos não circulantes além dos investimentos mencionados acima, e por isso não precisa de financiamento além dos já descritos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)

Contrato	Taxa	2015	2014	2013
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	-	583.145	619.381
BNDES (subcrédito social)	TJLP	4.185	8.280	5.439
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	-	285.231	305.064
BNDES Nova Renova	TJLP + 2,98%	-	-	625.226
Itaú (Notas Promissórias)	DI + 0,98%	-	256.598	406.147
BNB	9,5% a.a.	90.761	96.635	102.191
Debêntures (2ª emissão)	123,45% do CDI	-	-	338.086
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,45%	746.478	674.010	-
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,60%	271.625	159.071	-
BNDES - Ponte I	TJLP +3,65%/2,50%	534.556	215.094	-
Debêntures (3ª emissão)	123,45% CDI	547.173	500.269	-
Debêntures 1ª Série - Renova Eólica	IPCA + 7,60% a.a.	169.459	74.343	-
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	14.172	6.356	-
Outros Empréstimos Curto Prazo	CDI + 4,30% a.a.	101.127	-	-
Total do endividamento¹		2.479.536	2.859.032	2.401.534
Transf. Ativos mantidos para venda		(90.761)	-	-
Custo de captação		(16.519)	(13.340)	(11.278)
End. líquido dos custos		2.372.256	2.845.692	2.390.256

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Resumo dos contratos (valores em R\$ mil)

(a) Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2009

Em 18 de setembro de 2015, os ativos eólicos pertencentes ao projeto LER 2009 foram vendidos a TerraForm Global e a dívida pré-paga ao BNDES.

Para os exercícios de 2014 e 2013, a dívida estava financiada da seguinte maneira:

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos com o BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$4.370.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito "D", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de maio de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$2.500.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 99,2 MW de capacidade instalada e 43 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$192.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$248.

São garantias dos contratos do BNDES para financiamento do LER 2009 o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2014 o índice foi cumprido.

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica com a interveniência das controladas Ametista, Araçás, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Morrão, Pelourinho, Pilões, Da Prata, Seraíma, Serra do Espinhaço, Tanque, Ventos do Nordeste, da sua controladora direta Nova Renova e da Companhia obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$804.224, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado junto ao BNDES, no valor de R\$ 647.894 e parte das notas promissórias, no valor de R\$154.617.

O financiamento direto BNDES será dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP.

O Contrato de Repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias dos contratos do BNDES e Repasse com o Banco do Brasil de forma compartilhada, o penhor de ações da Renova Eólica e das SPEs, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, penhor de direitos creditórios, emergentes e de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

Brasil PCH

As SPEs detidas pela controlada Brasil PCH e com a interveniência de terceiros obtiveram financiamento em 13 de abril de 2006 no valor total de R\$807.000.

O financiamento direto BNDES foi dividido em 13 contratos, firmados diretamente com cada SPE, com os seguintes períodos de amortização: a) Bonfante: março de 2009 até fevereiro de 2021; b) Calheiros: maio de 2009 até abril de 2021; c) Carangola: janeiro de 2009 até dezembro de 2020; d) Funil: abril de 2009 até março de 2021; e) Caparaó: abril de 2009 até março de 2021; f) Irará: maio de 2009 até março de 2021; g) Jataí: abril de 2009 até março de 2021; h) Monte Serrat: julho de 2009 até junho de 2021; i) Retiro Velho: janeiro de 2009 até junho de 2021; j) Santa Fé: janeiro de 2009 até dezembro de 2020; k) São João: novembro de 2008 até dezembro de 2020; l) São Pedro: julho de 2009 até junho de 2021; m) São Simão: julho de 2009 até junho de 2021, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Os contratos possuem taxa de 3,50% a.a. + TJLP (limitada a 6% a.a.).

São garantias dos contratos do BNDES, o penhor de ações detidas pela PCHPar de emissão das SPEs, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos das SPEs, penhor dos direitos emergentes das autorizações outorgadas pela Aneel, penhor dos direitos creditórios dos contratos do Proinfa, fiança corporativa da PCHPar, e constituição de contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

(b) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento foram destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3).

Em 16 de junho de 2014, com a liberação do financiamento de longo prazo, as controladas indiretas da Companhia quitaram estes empréstimos de curto prazo.

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 29 de dezembro de 2014 foram liberados R\$215,0 milhões. Em 2015, foram liberados mais R\$ 500,0 milhões e em 2016 até março mais R\$163,0 milhões.

Os empréstimos pontes serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "A" incidirão juros de 3,55% a.a. acima da TJLP. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "B" incidirão juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que detém ações.

(c) Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(d) Debêntures simples não conversíveis em ações

Renova Energia (3ª Emissão)

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$ 500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$ 129.246. A 3ª emissão da debênture possui a mesma remuneração da 2ª emissão (123,45% do CDI), com carência de 4 anos a contar da data de assinatura do contrato. A amortização terá início em 15 de dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024 O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 (“RCA”). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova. Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

Renova Eólica Participações (Debêntures de infraestrutura – 1ª Emissão)

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão juros de remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão juros remuneratórios de 7,8707% a.a.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio das portarias expedidas pelo MME. Os recursos das Debêntures serão destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$ 73.000 foi desembolsada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$ 73.000, foi desembolsada em janeiro de 2015.

São garantias das debêntures emitidas pela Renova Eólica, de forma compartilhada com as garantias oferecidas nos contratos do BNDES e Repasse com o Banco do Brasil, o penhor de ações da Renova Eólica e das SPEs, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, penhor de direitos creditórios, emergentes e de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

(e) **Notas promissórias**

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Essas notas serão quitadas no desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

(f) **FINEP**

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os

recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$6.346.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

(g) CCBs Fundo Petros

A controlada Brasil PCH, obteve recursos financeiros por meio da emissão de 5 CCBs com o Fundo Petros, nos anos de 2007 e 2008, no valor total de R\$280.000. As CCBs possuem taxas de juros de 9,9% a.a. + IGPM, com carência de 4 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em março de 2012. As parcelas são exigíveis uma vez por ano. As CCBs têm vencimento em entre março de 2021 e novembro de 2022.

São garantias das CCBs o penhor de todas as Ações Ordinárias emitidas pela Brasil PCH, detidas por seus sócios ordinaristas, empenhadas em favor do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado, bem como constituição de conta centralizadora para recebimento de todos os recebíveis da sua subsidiária PCHPar, devidos à Brasil PCH. As CCBs não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (EM R\$ MIL)	INFERIOR A UM ANO	UM A TRÊS ANOS	TRÊS A CINCO ANOS	SUPERIOR A CINCO ANOS	TOTAL
GARANTIA REAL	770.357	384.580	356.382	968.217	2.479.536
GARANTIA FLUTUANTE					0
GARANTIA QUIROGRAFÁRIA	619.678	257.396	0	0	877.074
TOTAL	1.390.035	641.976	356.382	968.217	3.356.610

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de subordinação e o montante das dívidas, medido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante constituem uma adequada estrutura de capital, considerando que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo e que grande parte das dívidas no curto prazo serão substituídos por empréstimos de longo prazo.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) e a Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), em 30 de junho de 2006 (“Contrato BNB-Espra”).

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada “Conta Reserva”, cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contratos de Financiamento celebrados entre o BNDES e as SPEs desenvolvedoras dos projetos do LER 2009, em 05 de maio de 2011 e 06 de dezembro de 2011 (“Contratos BNDES LER 2009”).

Em 18 de setembro de 2015, os ativos eólicos pertencentes ao projeto LER 2009 foram vendidos a TerraForm Global e a dívida pré-paga ao BNDES.

Para os exercícios de 2014 e 2013:

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, as SPEs precisam manter, durante todo o prazo de vigência dos contratos, saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta Reserva de O&M, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, as subholdings precisam manter sua respectiva "Conta Reserva Especial", preenchidas conforme sejam depositados os recursos advindos das controladas dos projetos do LER 2009, podendo o saldo existente na referida conta começar a ser liberado desde que, dentre outras exigências previstas nos contratos, seja permitida a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD Consolidado").

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica Participações S.A. e da Salvador Eólica Participações S.A.

A Salvador Eólica Participações S.A., e a Bahia Eólica Participações S.A. não poderão distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, incluindo dividendos, além do mínimo legal previsto no art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES LER 2009, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. ("Contrato FINEP") em 13 de dezembro de 2013.

O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A., e da alienação dos ativos dados em garantia na operação de financiamento.

Contrato de Financiamento celebrado entre o BNDES e a Renova Eólica Participações S.A. controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos LER 2010 e LEN 2011 ("Renova Eólica") em 04 de junho de 2014 e o Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Renova Eólica em 25 de agosto de 2014 ("Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011").

Nos termos dos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior e desde que verificado o pagamento de 12 prestações mensais de amortização dos referidos contratos.

A Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, inclusive dividendos, além do mínimo previsto art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

A Renova Eólica não poderá conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias ou assumir dívidas, sem prévia autorização do BNDES, exceto empréstimos de gestão ordinária/finalidade de mera reposição de material.

Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., celebrada em 03 de dezembro de 2014 e aditada em 15 de dezembro de 2014 (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica”).

Nos termos da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, a Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, §2º da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia; ou nas hipóteses expressamente previstas na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, dentre elas, o atingimento do ICSD de 1,30, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado.

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A., celebrada em 17 de dezembro de 2014 (“Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia”).

Nos termos da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso, dentre outros eventos, deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

A Companhia não poderá distribuir recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (i) atingido ICSD; e (ii) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia;

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPES desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

Nos termos do Contrato Ponte ASIII-Fase A, a Diamantina Eólica Participações não pode distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas

integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive cancelamento de AFAC, além do dividendo mínimo legal previsto no artigo 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 salvo com prévia anuência do BNDES.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seu contrato de financiamento.

Para mais informações, vide itens 3.9 e 18.5 deste Formulário de Referência.

Contratos de Financiamento celebrados entre o BNDES e as PCHs controladas pela Brasil PCH, em 13 de abril de 2006 (“Contratos BNDES Brasil PCH”).

Nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH, as SPEs precisam manter, durante todo o prazo de vigência dos contratos, saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH, as SPEs e a subholding PCHPar precisam manter suas respectivas "Contas Reserva Especiais", com no mínimo o valor correspondente a 3 vezes o valor do serviço da dívida.

As SPEs não podem realizar a distribuição de dividendos, sem a prévia e expressa autorização do BNDES, quando não estiver preenchida a Conta Reserva do Serviço da Dívida, na forma disposta nos Contratos BNDES Brasil PCH.

Nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

Financiamento obtido pela Brasil PCH S.A., controladora de 13 PCHs, por meio da Emissão de Cédulas de Créditos Bancários, celebradas com o Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“CCBs Fundo Petros”)

Como garantia do pagamento das CCBs, a Brasil PCH mantém junto à agente de garantia, conta centralizadora onde são depositados todos os recebíveis da Brasil PCH, incluindo todo e qualquer pagamento recebido da PCHPar, onde esta receita deverá, atualmente, ser utilizada de acordo com a seguinte ordem de prioridade: pagamento de juros acumulados relativos a dívida da Brasil PCH; pagamento do principal da dívida da Brasil PCH; pagamento das taxas e despesas incorridas pelo agente de garantia; pagamento de despesas operacionais da Brasil PCH; na ausência da ocorrência e continuidade de um evento de inadimplemento, distribuição de sobra de caixa aos acionistas nos termos do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Brasil PCH.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0365.1, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Renova Eólica Participações S.A. e com a interveniência de terceiros em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734,020 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão II, foram desembolsados R\$ 84,835 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com relação ao Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nº 21/00821-3, firmado entre Banco do Brasil S.A. e Renova Eólica Participações S.A. e com a intervenção de terceiros em 25 de agosto de 2014, no valor de R\$310,08 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão II, foram desembolsados R\$155,40 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com relação ao contrato empréstimo ponte celebrado com o BNDES em dezembro de 2014, no valor de R\$700,0 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão III, foram desembolsados R\$500,0 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 2016, foram liberados mais R\$163,0 milhões de reais em fevereiro.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com a FINEP em dezembro de 2013, no valor total de R\$108,0 milhões, destinado à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica, foram desembolsados R\$6,4 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir expressam as opiniões dos nossos Diretores.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014'.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Variação 2014 x 2013
	2015	2014	AV	
RECEITA LÍQUIDA	409,8	302,9	35,3%	34,0%
<i>CUSTOS DOS SERVIÇOS</i>				
Depreciações	(84,6)	(80,4)	5,2%	17,4%
Custo de Operação	(108,7)	(46,4)	134,3%	155,7%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(20,1)	(14,2)	41,3%	24,3%
<i>Total</i>	(213,4)	(141,0)	51,3%	43,8%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	196,4	161,9	21,4%	26,5%
<i>RECEITA (DESPESAS)</i>				
Gerais e administrativas	(108,7)	(87,5)	24,2%	128,5%
Depreciações e amortizações	(3,3)	(1,8)	85,1%	67,9%
Outras despesas	(16,6)	(2,7)	519,6%	3007,0%
	(128,6)	(92,0)	39,8%	133,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(3,7)	(24,8)	-85,3%	-
Ganho na alienação de ativos	672,4	-	-	-
Perda no investimento	(279,1)	-	-	-
Outras receitas	13,4	-	-	-
Perda no ganho de participação em investimentos	-	(5,3)	-100,0%	-
<i>Total</i>	274,3	(122,1)	-324,7%	209,4%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	470,8	39,7	1084,5%	-55,1%
<i>RESULTADO FINANCEIRO</i>				
Receitas Financeiras	91,1	53,1	71,6%	63,7%
Despesas Financeiras	(223,2)	(113,1)	97,3%	8,1%
<i>Total</i>	(132,1)	(60,1)	120,0%	-16,9%

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	338,6	(20,3)	-1766,9%	-225,1%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(34,2)	(15,9)	114,5%	59,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(186,3)	0,5	-36064,5%	2058,3%
<i>Total</i>	(220,5)	(15,4)	1330,9%	54,5%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	118,2	(35,7)	-430,9%	-669,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$409,8 milhões, representando um aumento de R\$107,0 milhões ou 34,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$302,9 milhões. Este aumento refere-se principalmente a receita de geração dos parques eólicos que aumentou devido a entrada em operação comercial dos parques LER 2010, em outubro de 2014, e parte do LEN A-3 2011 em março de 2015, enquanto em 2014 apenas o LER 2009 estava em operação. Outro fator que influenciou o aumento da receita no ano, foi a maior receita de comercialização em função do início de fornecimento de energia para os contratos de mercado livre em setembro de 2015, como já mencionado anteriormente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$328,4 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com R\$25,5 milhões e R\$0,5 milhões, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos gerenciáveis totalizaram R\$108,7 milhões, um aumento de 134,3% em relação aos R\$46,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, refletindo principalmente: (i) ao aumento de R\$12,8 milhões em serviços de terceiros principalmente em função do pagamento dos serviços de operação e manutenção das turbinas do LER 2010 e do LEN A-3 2011, (ii) aumento de R\$48,1 milhões para compra de energia para revenda;

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$20,1 milhões, aumento de 41,3% ou R\$5,9 milhões quando comparado aos R\$14,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos parques eólicos do LER 2010 e parte do LEN A-3 2011

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a depreciação totalizou R\$84,6 milhões, aumento de 5,2% ou R\$4,2 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. O crescimento é explicado principalmente pela entrada em operação comercial dos parques do LER 2010 e parte do LEN A-3 2011.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas administrativas totalizaram R\$125,3 milhões, representando um aumento de 38,9% ou R\$35,1 milhões em relação aos R\$90,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. As variações são explicadas principalmente por:

- Pessoal e administração: o aumento reflete principalmente o maior número de funcionários que passou de 281 em 31 de dezembro de 2014 para 351 em 31 de dezembro de 2015 e também maior provisão e pagamento de bônus;
- Serviços de terceiros: aumento de R\$7,6 milhões em relação ao ano de 2014, em função de maiores gastos com consultorias, entre elas consultorias de RH e sustentabilidade;
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários de PCHs trimestralmente e em 2015 houve baixa no valor de R\$10,1 milhões;
- Material de uso e consumo: aumento de R\$2,2 milhões em material de uso e consumo, referente as despesas envolvidas com fretes e correios, energia elétrica entre outros;
- Outras: aumento de R\$ 9,0 milhões em relação ao ano de 2014, sendo que 6,0 milhões são referentes a impostos e taxas de alvará de funcionamento dos parques. Além dessas contas, essa linha representa as despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes.

Em 2015, a Renova deu início a um plano de reestruturação dos gastos com despesas gerais e administrativas da Holding através de um estudo contratado com a Accenture. Esse estudo tem o objetivo de readequar os gastos frente o atual momento que a Companhia vive e ao mesmo tempo a tornar flexível para uma eventual retomada do crescimento. Em janeiro de 2016, a Renova anunciou internamente uma reestruturação do seu quadro atual de colaboradores em linha com o estudo contratado.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

No ano de 2015, a Brasil PCH teve lucro líquido de R86,5 milhões, uma vez que a aquisição ocorreu em fevereiro. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano a amortização da mais valia contabilizada foi de R\$36,3 milhões na Chipley.

Na Renova, o efeito da aquisição é conforme abaixo, ressaltando que até o final de setembro a Companhia consolidava 60% da Chipley e no 4T14 passou a consolidar 100%.

Equivalência patrimonial	44.145
Amortização da mais valia	(36.303)
Resultado¹	7.842

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$132,1 milhões. A variação em relação aos R\$60,0 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, de 120,0% ou R\$72,2 milhões, foi decorrente do ao ajuste do valor justo da opção e das maiores despesas com encargos das dívidas.

As receitas financeiras foram 71,6% maiores do que as receitas do ano anterior, principalmente em função do ajuste do valor justo da opção de compra e venda de ações da TerraForm Global. A Renova e a SunEdison assinaram um contrato prevendo a opção de compra e venda de ações da TerraForm Global, a partir de 31 de março de 2016, por um preço já estabelecido. A diferença do valor da opção no dia do fechamento da operação e no dia do encerramento do ano, mensurada de acordo com o modelo Black-Scholes, é contabilizada em resultado financeiro.

As despesas financeiras aumentaram 97,3% em relação ao ano de 2014 em função principalmente de: (i) maior volume de financiamento, principalmente decorrente da nova debênture da holding, emitida no final do mês dezembro de 2014 e de empréstimos de curto prazo; (ii) maior taxa de juros dos indexadores dos financiamentos (TJLP e CDI) e; (iii) contabilização no resultado do financiamento do LER 2010 e parte do LEN A-3 2011, pois após a entrada em operação dos parques, estes custos deixaram de ser capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$220,5 milhões, aumento de 1330,9% ou R\$205,0 milhões em relação aos R\$15,4 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido ao fechamento da primeira fase da transação para TerraForm Global e consequente recebimento pela venda dos ativos do LER 2009.

Lucro líquido

Em 2015, o lucro líquido da Companhia foi de R\$118,2 milhões, ante prejuízo líquido de R\$35,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando uma variação de -430,9% devido ao ganho com o fechamento da transação com a TerraForm Global.

O lucro líquido do ano será destinado a reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos e serão pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2014	2013	AV
RECEITA LÍQUIDA	302,9	226,0	34,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	(80,4)	(68,4)	17,4%
Custo de Operação	(46,4)	(18,2)	155,7%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(14,2)	(11,4)	24,3%
<i>Total</i>	(141,0)	(98,0)	43,8%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	161,9	128,0	26,5%
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(87,5)	(38,3)	128,5%
Depreciações e amortizações	(1,8)	(1,1)	67,9%
Outras despesas	(2,7)	(0,1)	3007,0%
<i>Total</i>	(92,0)	(39,5)	133,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(24,8)	-	-
Ganho na alienação de ativos	-	-	-
Perda no investimento	-	-	-
Outras receitas	-	-	-
Perda no ganho de participação em investimentos	(5,3)	-	-
<i>Total</i>	(122,1)	(39,5)	209,4%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	39,7	88,5	-55,1%
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	53,1	32,4	63,7%
Despesas Financeiras	(113,1)	(104,7)	8,1%
<i>Total</i>	(60,1)	(72,3)	-16,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(20,3)	16,2	-225,1%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(15,9)	(10,0)	59,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,5	0,0	2058,3%
<i>Total</i>	(15,4)	(10,0)	54,5%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(35,7)	6,3	-669,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$302,9 milhões, representando um aumento de R\$76,9 milhões ou 34,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$226,0 milhões. Este aumento ocorreu devido principalmente à receita proveniente da entrada em operação comercial dos parques do LER 2010 em 11 de outubro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, energia gerada foi liquidada ao preço de liquidação da diferença (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$263,2 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com R\$22,6 milhões e R\$17,0 milhões, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos gerenciáveis totalizaram R\$46,4 milhões, um aumento de 155,7% em relação aos R\$18,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ou R\$28,3 milhões, refletindo principalmente: (i) ao aumento de R\$ 11,9 milhões em serviços de terceiros principalmente em função do pagamento dos serviços de operação e manutenção das turbinas e do BOP elétrico do LER 2009, findo o período de carência de dois anos após a entrega dos parques e também do pagamento do serviço de preservação das máquinas do LER 2010 e A-3 2011 do período em que elas não estavam operando; (ii) ao aumento de R\$ 1,7 milhão em aluguéis e arrendamentos em função dos pagamentos das terras arrendadas para o Alto Sertão III, custos que não existiam em 2013; (iii) aumento de R\$ 7,0 milhões para compra de energia para revenda; e (iv) redução de R\$ 2,3 milhão em outros custos, principalmente em função da provisão da multa para o LER 2010, no quarto trimestre do ano passado, no valor de R\$ 3,3 milhões que foi estornada em 2014, após a aprovação da concatenação do contrato de geração com a entrega das linhas de transmissão pela ANEEL em abril de 2014.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$14,2 milhões, aumento de 24,3% ou R\$2,8 milhões quando comparado aos R\$11,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 6 parques eólicos do LER 2010, que iniciaram o faturamento em outubro de 2014.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a depreciação totalizou R\$80,4 milhões, aumento de 17,4% ou R\$11,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro

de 2013. O crescimento é explicado principalmente pela entrada em operação comercial dos parques do LER 2010.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas administrativas totalizaram R\$95,5 milhões, representando um aumento de 148,6% ou R\$57,1 milhões em relação aos R\$38,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As variações são explicadas principalmente por:

- Pessoal e administração: o aumento reflete principalmente o maior número de funcionários que passou de 223 em 31 de dezembro de 2013 para 281 em 31 de dezembro de 2014 e também maior provisão e pagamento de bônus;
- Serviços de terceiros: aumento de R\$ 20,1 milhões em relação ao ano de 2013, em função de maiores gastos com consultorias, entre elas consultorias de RH e sustentabilidade, maiores gastos com publicidade legal e também maiores gastos institucionais, não recorrentes;
- Aluguéis e arrendamentos: aumento em função de novos aluguéis para os escritórios de São Paulo e Salvador;
- Viagens: o aumento na linha é explicado principalmente pela energização dos parques do LER 2009 e LER 2010 e eventos;
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários de PCHs trimestralmente e em 2014 tiveram mais baixas que em 2013;
- A perda na participação de investimentos é decorrente no aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014, a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões;
- Outras: o aumento reflete principalmente os custos da Renova Comercializadora, na sua maioria gastos com pessoal.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

No acumulado do ano de 2014 (fevereiro a dezembro), a Brasil PCH teve lucro líquido de R\$ 4,9 milhões, uma vez que a aquisição ocorreu em fevereiro. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano (fevereiro a dezembro) a amortização da mais valia contabilizada foi de R\$ 32,6 milhões na Chipley.

Na Renova o efeito da aquisição é conforme abaixo, ressaltando que até o final de setembro a Companhia consolidava 60% da Chipley e no 4T14 passou a consolidar 100%.

Fev a Dez	
Equivalência patrimonial	(1.620)
Amortização da mais valia	(23.222)
Resultado ¹	(24.843)
Ganho/perda em investimentos	(5.259)

A perda na participação de investimentos é decorrente do aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014 a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$60,1 milhões. A variação em relação aos R\$72,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, de 16,9% ou R\$12,2 milhões, foi decorrente do maior saldo de caixa em relação ao ano anterior, parcialmente compensado pelo maior montante de financiamentos e pela entrada em operação do LER 2010, fazendo com que os custos do financiamento deixassem de ser capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$15,4 milhões, aumento de 54,5% ou R\$5,4 milhões em relação aos R\$10,0 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em função principalmente da mudança de tributação das SPEs do LER 2010 que passaram a ser contabilizadas pelo regime de lucro presumido e tiveram, conseqüentemente, suas receitas financeiras tributadas e também entraram em operação no quarto trimestre de 2014.

Lucro líquido

Em 2014, o prejuízo líquido da Companhia foi de R\$35,7 milhões, ante lucro líquido de R\$6,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de 669,7%.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

ATIVOS	2015	2014	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	66.147	86.599	-23,6%
Aplicações financeiras	11.744	509.018	-97,7%
Outros ativos financeiros	174.397	-	-

Contas a Receber de clientes	26.655	68.627	-61,2%
Contas a Receber - CCEE	-	199	-100,0%
Impostos a recuperar	14.092	15.064	-6,5%
Despesas Antecipadas	2.112	721	192,9%
Cauções e depósitos vinculados	51.201	40	127902,5%
Dividendos a receber	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.478	8.575	-71,1%
Outros créditos	4.453	3.812	16,8%
	353.279	692.655	-49,0%
Ativos classificados como mantidos para venda	197.351	-	
Total dos ativos circulantes	550.630	692.655	-49,0%
NÃO CIRCULANTES			
Contas a Receber - CCEE	4.245	6.100	-30,4%
Partes relacionadas	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	20.514	160.487	-87,2%
Impostos deferidos	301	2.495	-87,9%
Outros créditos	115	150	-23,3%
Investimentos	1.159.551	713.312	62,6%
Imobilizado em serviço	1.731.842	2.175.130	-20,4%
Imobilizado em curso	2.556.263	1.791.913	42,7%
Total dos ativos não circulantes	5.472.831	4.849.587	12,9%
TOTAL DOS ATIVOS	6.023.461	5.542.242	8,7%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2015	2014	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	570.006	100.200	468,9%
Empréstimos e financiamentos	709.938	355.442	99,7%
Debêntures	52.646	884	5855,4%
Impostos a recolher	33.615	17.561	91,4%
Salários e férias a pagar	9.058	13.974	-35,2%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	2.614	22.339	-88,3%
Provisão para custos socioambientais	1.218	6.686	-81,8%
Outras contas a pagar	3.167	79	3908,9%
	1.382.262	517.165	167,3%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	114.774	-	0,0%
Total de passivos circulantes	1.497.036	517.165	189,5%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	31.471	-	-
Empréstimos e financiamentos	955.307	1.917.051	-50,2%
Debêntures	654.365	572.315	14,3%
Impostos diferidos	185.823	424	43726,2%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	4.465	15.627	-71,4%
Partes relacionadas	-	-	-
Provisão para custos socioambientais	5.876	9.940	-40,9%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	710	79	798,7%
Adiantamento de cliente	60.522	-	-
Total de passivos não circulantes	1.898.539	2.515.436	-24,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.568.010	2.567.997	0,0%
(-) Custos na emissão de ações	- 41.757	- 41.757	0,0%
Reserva de Capital	55.246	55.176	0,1%
Reserva de Lucros	46.417	-	0,0%
Prejuízos acumulados	-	- 71.775	-100,0%
Total do Patrimônio Líquido	2.627.916	2.509.641	4,7%
TOTAL DOS PASSIVOS	6.023.491	5.542.242	8,7%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ativo circulante era de R\$550,6 milhões (9,1% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R\$692,6 milhões (12,5% do ativo total, representando uma redução de 20,5% ou R\$142,0 milhões).

A diminuição de R\$20,4 milhões ou 23,6% em 31 de dezembro de 2015 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2014 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ativo não circulante era de R\$5.472,8 milhões (90,9% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$4.849,6 milhões (87,5% do ativo total), o que representa um aumento de R\$623,2 milhões ou 12,9%.

A principal variação no saldo total, foi a variação na conta de investimentos, que era composta apenas pela participação da Renova na Brasil PCH, agora passa a ser composta também pela participação na TerraForm Global, R\$1.159,5 milhões contra R\$713,3 (62,6% de aumento).

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$517,3 milhões, representando uma diminuição de R\$863,7 milhões ou 62,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo era de R\$1.380,9 milhões.

A diminuição deve-se principalmente foi em função da quitação dos empréstimos pontes e parte das notas promissórias tomadas para o Alto Sertão II com a liberação do financiamento de longo prazo. Dessa maneira, esse montante deixou o passivo circulante e passou a compor o passivo não circulante.

A diminuição do passivo circulante também é devido a diminuição de R\$142,4 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$100,2 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1.898,5 milhões, redução de R\$616,9 milhões ou 24,5% em comparação com 31 de dezembro de 2014, causada principalmente pela variação na linha de empréstimos e financiamentos, uma vez que após a venda do LER 2009, as dívidas referentes a este ativo deixaram de ser consolidadas no balanço.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R\$ 2.627,9 milhões e a principal variação em relação ao ano anterior (R\$ 118,3 milhões) foi em função dos lucros acumulados, devido ao registro do ganho de capital da transferência dos ativos do LER 2009.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

ATIVOS	2014	2013	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	86.599	132.598	-34,7%
Aplicações financeiras	509.018	241.449	110,8%
Outros ativos financeiros	-	-	-
Contas a Receber de clientes	68.627	20.923	228,0%
Contas a Receber - CCEE	199	-	-
Impostos a recuperar	15.064	10.751	40,1%
Despesas Antecipadas	721	2.338	-69,2%
Cauções e depósitos vinculados	40	27.231	-99,9%
Dividendos a receber	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	8.575	5.065	69,3%
Outros créditos	3.812	1.260	202,5%
Total dos ativos circulantes	692.655	441.615	56,8%
NÃO CIRCULANTES			
Contas a Receber - CCEE	6.100	-	-
Partes relacionadas	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	160.487	123.981	29,4%
Impostos deferidos	2.495	948	163,2%
Outros créditos	150	150	0,0%
Investimentos	713.312	-	-
Imobilizado em serviço	2.175.130	1.459.662	49,0%
Imobilizado em curso	1.791.913	1.645.823	8,9%
Total dos ativos não circulantes	4.849.587	3.230.564	50,1%
TOTAL DOS ATIVOS	5.542.242	3.672.179	50,9%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2014	2013	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	100.200	242.418	-58,7%
Empréstimos e financiamentos	355.442	1.100.134	-67,7%
Debêntures	884	11.239	-92,1%
Impostos a recolher	17.561	7.549	132,6%
Salários e férias a pagar	13.974	8.465	65,1%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	22.339	8.936	150,0%
Provisão para custos socioambientais	6.686	2.016	231,6%
Outras contas a pagar	79	182	-56,6%
Total de passivos circulantes	517.165	1.380.939	-62,5%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	-	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	1.917.051	953.855	101,0%
Debêntures	572.315	325.028	76,1%
Impostos diferidos	424	-	0,0%
Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás	15.627	11.670	33,9%
Partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para custos socioambientais	9.940	-	0,0%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	79	87	-9,2%
Adiantamento de cliente	-	-	0,0%
Total de passivos não circulantes	2.515.436	1.290.640	94,9%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2.567.997	1.017.697	152,3%
(-) Custos na emissão de ações	- 41.757	- 36.112	15,6%
Reserva de Capital	55.176	55.067	0,2%
Reserva de Lucros			
Prejuízos acumulados	- 71.775	- 36.052	99,1%
Total do Patrimônio Líquido	<u>2.509.641</u>	<u>1.000.600</u>	<u>150,8%</u>
TOTAL DOS PASSIVOS	<u>5.542.242</u>	<u>3.672.179</u>	<u>50,9%</u>

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo circulante era de R\$692,7 milhões (12,5% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total, representando um aumento de 56,8% ou R\$251,0 milhões).

A diminuição de R\$46,0 milhões ou 34,7% em 31 de dezembro de 2014 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2013 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III. Adicionalmente, os saldos de aplicações financeiras no valor de R\$509,0 milhões são referentes a aplicações em fundos de investimentos e o aumento é devido principalmente a entrada de caixa do aumento de capital e entrada de novos financiamentos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo não circulante era de R\$4.849,6 milhões (87,5% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1.619,0 milhões ou 50,1%.

O aumento de R\$36,5 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2014, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

A linha de investimentos é referente ao investimento na Chipley, subsidiária que adquiriu 51% de participação na Brasil PCH.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$2.175,1 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.791,9 milhões, e o aumento do imobilizado em curso é em função da entrada em operação do LER 2010. O imobilizado que durante a fase de construção é contabilizado em imobilizado em curso, após a entrada em operação dos parques passa a ser contabilizado como imobilizado em serviço.

PASSIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$517,3 milhões, representando uma diminuição de R\$863,7 milhões ou 62,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo era de R\$1.380,9 milhões.

A diminuição deve-se principalmente foi em função da quitação dos empréstimos pontes e parte das notas promissórias tomadas para o Alto Sertão II com a liberação do financiamento de longo prazo. Dessa maneira, esse montante deixou o passivo circulante e passou a compor o passivo não circulante.

A diminuição do passivo circulante também é devido a diminuição de R\$142,4 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$100,2 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$2.515,4 milhões, aumento de R\$1.224,8 milhões ou 94,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, causado pelo desembolso do financiamento de longo prazo do Alto Sertão II, quitando empréstimos pontes e parte das notas promissórias que estavam no curto prazo, desembolso da nova debênture corporativa e da primeira série da debênture de infraestrutura, além de empréstimo ponte para o Alto Sertão III.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta do patrimônio líquido consolidado atingiu R\$2.509,5 milhões, representando um aumento de R\$1.508,9 milhões ou 150,8 em relação a 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo foi de R\$1.000,6 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital realizado e subscrito quase que integralmente pela Cemig GT.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia é gerada por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$409,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, R\$302,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O ano de 2015, foi o ano de maior geração de energia eólica para a Renova. O aumento de 35,3% na receita líquida da Companhia em relação ao ano de 2014 reflete essa maior geração que aconteceu devido a entrada em operação comercial dos parques LER 2010, em outubro de 2014, e parte dos parques do LEN A-3 2011 em março de 2015. Em 2014 apenas o LER 2009 estava em operação. Outro fator que influenciou o aumento da receita no ano de 2015, foi a maior receita de comercialização em função do início de fornecimento de energia para os contratos de mercado livre.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 2.661,5MW de capacidade instalada contratada, sendo que 552,5MW estavam em operação comercial e gerando receita para a Companhia.

Em 2014, houve crescimento de 34,0% da receita operacional líquida da Renova quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O principal fator para o crescimento em 2014 foi a entrada em operação dos parques que comercializaram energia no LER 2010, com capacidade instalada de 167,7 MW, em 11 de outubro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, a energia gerada foi liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida foi de R\$ 226,0, crescimento de 95,4% em relação ao exercício sócia encerrado em 31 de dezembro de 2012. O principal fator para o crescimento foi em função do início das receitas dos parques que comercializaram energia no LER 2009, que ocorreu a partir de julho de 2012.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é fechada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* Bahia Eólica e Salvador Eólica adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Brasil PCH, Espra e as SPEs dos parques em operação comercial do LER 2009 e LER 2010 adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS

na compra de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o valor total de imposto de renda e contribuição social devido pela Companhia somaram R\$ 220,5 milhões ante R\$15,4 milhões no encerramento de 2014, enquanto que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$10,0 milhões.

O risco de crédito da Companhia é avaliado pela Fitch Ratings. Estas avaliações refletem, entre outros fatores, perspectivas acerca do setor elétrico brasileiro, o contexto político e econômico, o risco-país, as condições hidrológicas nas áreas onde nossos parques eólicos e PCHs estão localizados, a nossa performance operacional e nosso nível de endividamento, além da nota de crédito dos nossos acionistas controladores. Neste contexto, a nota de crédito da Companhia foi reduzida em 2015 de ‘A (bra)’ para ‘A-(bra)’ (A menos (bra)), de pela agência. O rebaixamento da nota de crédito da Companhia pode aumentar o custo de capital e levar as instituições financeiras a incluir cláusulas restritivas adicionais em suas dívidas.

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2013, 2014 e 2015 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos e de solar a serem entregues até 2019.

Em 2015, 2014 e 2013, não houve introdução e ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Venda ativos eólicos – Salvador e Bahia (Ler 2009)

No primeiro semestre de 2015, a Renova anunciou ao mercado o acordo para contribuição de ativos com a TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”). A transação, anunciada no dia 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

- (i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;
- (ii) Alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro à Renova; e
- (iii) Permuta das ações das subsidiárias da Companhia controladoras dos ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 1,026 bilhão, por 20.327.499 ações Classe A da TerraForm Global, sendo que o preço por ação da oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global (US\$ 15,00 por ação) foi utilizado como base dessa permuta.

No dia 18 de setembro de 2015, a Renova celebrou o fechamento de parte da primeira fase da operação, com a alienação dos ativos dos projetos Bahia e Salvador (LER 2009).

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado Acordo de Investimento por meio do qual a CEMIG GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH para a Chipley.

Em decorrência desse acordo, a Companhia adquiriu 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014, por intermédio da Chipley SP Participações S.A., sua controlada direta.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras de 2015 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2015.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

“(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.”

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas demonstram a necessidade de adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado;
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas;
- Transações com partes relacionadas - Plano de opção de compra de ações; e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015. As principais alterações da Companhia são:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2010-2012	Mudanças ao IFRS 2 – Definições de condições de <i>vesting</i> , mercado e performance, IFRS 3 – Descreve mudanças na medição de considerações contingentes, IFRS 8 – Requer divulgações do julgamento da administração na aplicação do conceito de agregação, IFRS 13 – mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo, IAS 16 e IAS 38 – reavaliação de ativos e IAS 24 – Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.
Melhorias anuais aos IFRSs:	Mudanças ao IFRS 1 – Define as versões do IFRS que podem ser usados na adoção inicial, IFRS 3 – Clarifica que estão excluídas do escopo a formação de

Ciclo 2011-2013	acordo conjunto; IFRS 13 – Clarifica a exceção do parágrafo 52, IAS 40 – Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e IAS 40 em certos casos.
Modificações ao IAS 19 – Plano de Benefício Definidos	Clarifica como contribuições devem ser mostradas como redução do custo de serviço.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB publicou alterações no IAS 27, incluindo o método de equivalência patrimonial como umas das opções contábeis para avaliação de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Essas alterações serão efetivas para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2014, o CPC editou e emitiu documento de que altera os Pronunciamentos Técnicos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, incorporando no Brasil as alterações introduzidas pelo IASB no IAS 27, o qual foi aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 733/14, para demonstrações financeiras elaboradas a partir de dezembro de 2014.

A Companhia adotou este pronunciamento, embora não haja efeitos práticos, uma vez que para a elaboração das demonstrações financeiras individuais já adotava o método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com esta alteração, ficou eliminada a diferença entre os CPCs e IFRSs em relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras individuais.

A Companhia adotou este pronunciamento, embora não haja efeitos práticos, uma vez que para a elaboração das demonstrações financeiras individuais já adotava o método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com esta alteração, ficou eliminada a diferença entre os CPCs e IFRSs em relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras individuais.

10.6. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. contratos de construção não terminada;**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia no Leilão de Energia de Reserva de 2010, no Leilão de Energia Nova A-3 2011 e Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I e Leilão de Energia Nova A-5 2012.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

<u>Período</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Investimento (em R\$ milhões)	486.497	1.240.286	1.403.274

A Companhia, além dos parques que comercializaram energia no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 e das PCHs em operação, possui 1.858,6MW em capacidade instalada contratada que entrarão em operação até 2019.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linhas de financiamento, na modalidade Project Finance contratadas junto a bancos de fomento, além de outras dívidas via mercado de capitais, dentre outras. Em 2015 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III e dívidas de curto prazo para capital de giro com bancos comerciais para Holding. O empréstimo ponte será quitado na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo que será assinado entre a Companhia e o BNDES.

Além disso, em setembro de 2014, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures de infraestrutura da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica Participações S.A. Os recursos das Debêntures foram destinados ao Alto Sertão II com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Em 18 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento da venda dos ativos eólicos que comercializaram energia no LER 2009 para a TerraForm Global. Foram contemplados na transação: alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e (ii) Permuta das ações das subsidiárias da Companhia controladoras dos ativos do Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 1,026 bilhão, por 20.327.499 ações Classe A da TerraForm Global, sendo que o preço por ação da oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global (i.e. US\$15,00 por ação) foi utilizado como base dessa permuta.

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve a aquisição de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II da ICVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$118.190.623,11 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia declarou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$11.024.140,66, sendo R\$0,034583 por ação.

A Companhia não pagou dividendos antecipados, não declarou nem pagou juros sobre o capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Conforme previsto no artigo 52 do estatuto social da Companhia, os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da Reserva Legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Categoria	Tipo de Ação	Qtd ações	Valor total bruto em R\$	Valor por ação em R\$
Juros sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a	n/a
Dividendos	Ordinárias (ON)	236.874.031	8.191.826,84	0,034583
Dividendos	Preferenciais (PN)	81.898.898	2.832.313,82	0,034583

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios foram mantidos no patrimônio líquido na conta de **Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos** para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data de declaração de pagamento dos dividendos obrigatórios considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será a data-base da posição acionária da Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 29 de abril de 2016.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
0,034583	(0,112105)	0,027111	(0,026171)

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendo e juro sobre capital próprio nos 3 (três) exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 2.320.871,72.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no item II, artigo 7 do estatuto social da Companhia, as ações preferenciais participarão nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias. Terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da Reserva Legal.

Nos termos do Estatuto Social, as ações preferencias de emissão da Companhia não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Os dividendos mínimos obrigatórios foram mantidos no patrimônio líquido na conta de **Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos** para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Nos termos do Estatuto Social, como as ações preferencias de emissão da Companhia não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos cumulativas, não havendo parcela de tais dividendos não pagas.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Conforme destacado no item 9, "a" acima, nos termos do Estatuto Social, as ações preferencias de emissão da Companhia não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Conforme destacado no item 9, "a" acima, nos termos do Estatuto Social, as ações preferencias de emissão da Companhia não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. As ações preferenciais participarão nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos mínimos obrigatórios foram mantidos no patrimônio líquido na conta de **Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos** para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

c. Informar o montante eventualmente retido

O montante retido representa a totalidade dos dividendos obrigatório no montante de R\$11.024.140,66.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

O montante retido é R\$11.024.140,66.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante consolidado da Companhia é de R\$1.497.006, enquanto o ativo circulante é de R\$550.630. O capital circulante líquido negativo é em função, principalmente, do empréstimo-ponte assinado com o BNDES no valor de R\$500.000, no âmbito do projeto Alto Sertão III, mas também de várias operações de financiamento de curto prazo (capital de giro) cuja contratação se fez necessária para assegurar o normal desenvolvimento dos investimentos em curso na Companhia.

Por outro lado, a Companhia terá de manter em 2016 um conjunto de investimentos volumosos e relevantes não só na implantação, já iniciada em 2014/2015, de vários projetos/parques eólicos (Alto Sertão III – Fase A), mas também no desenvolvimento / licenciamento de novos projetos que permitam assegurar um crescimento sustentado do seu portfólio de ativos de geração de energia.

A atual situação de baixa liquidez da Companhia, evidenciada nas suas Demonstrações Financeiras, aliada à necessidade imperiosa em manter investimentos importantes já em curso, aconselham a manutenção e até o reforço de capitais acionistas, até à normalização da liquidez financeira corrente da Companhia. O aumento de capital anunciado pela Companhia em 02 de fevereiro de 2016, no valor de até R\$ 731.248.000, faz parte dessa mesma estratégia de reforço de capitais acionistas, conferindo à Administração da Companhia uma maior flexibilidade de gestão financeira nessa situação específica de baixa liquidez financeira da Companhia.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Os investimentos em curso, assim como o pagamento de financiamentos de curto prazo mencionados na alínea anterior irão requerer a disponibilidade de recursos em volume considerável, motivo pelo qual a Administração da Companhia propõe a retenção da totalidade dos dividendos apurados em 2015.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Observado o disposto no parágrafo único do artigo 51 do seu Estatuto social e no artigo 194 da Lei 6.404/76, a Reserva de Investimentos tem as seguintes características: (i) preservar a integridade do patrimônio líquido, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas; (ii) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76; e (iii) sem

prejuízo do disposto no item “i” a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado a Reserva de investimentos foi de R\$33.072.421,99.

c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro líquido do exercício	118.190.623,11
Compensação de prejuízo	<u>(71.773.188,74)</u>
Base de cálculo da reserva legal	46.417.434,37
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(2.320.871,72)</u>
Base de cálculo da distribuição de dividendos	44.096.562,65
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>(11.024.140,66)</u>
	33.072.421,99

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reservas de inventivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para reservas de inventivos fiscais.

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

b. composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento.

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) membros independentes: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos; (ii) membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria é levada para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

A composição da remuneração da Diretoria não estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento, vale alimentação e vale refeição.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2015, considerando nossa política de remuneração em vigor:

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	31%	4%	55%	10%
Diretoria não estatutária	66%	10%	21%	3%
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com referências de mercado, usando a metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) de avaliação de cargos e salários. Visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade por uma variação apontada na pesquisa salarial anual e/ou pelo índice de inflação medido no período fiscal, e mediante a *performance* dos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, avaliada com base na metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar. A parcela variável tem como objetivo motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas e entrega de projetos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável de curto prazo se baseia na performance das áreas sobre responsabilidade dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento de metas estabelecidas, além do atingimento de competências individuais.

A remuneração variável de longo prazo (Plano de Opção) é estabelecida com base na performance pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção é negociado com o administrador o número de ações e o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a performance do negócio e a geração de valor para a Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

No Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item "C" acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Gestão, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos

como prioritários pelos acionistas. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Gestão, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;*

A prática de remuneração variável de curto prazo se alinha com os objetivos anuais da Companhia. Esses objetivos são aprovados pelo comitê de gestão, composto pelos acionistas, e são desdobrados para todas as áreas da companhia sempre respeitando o ano fiscal janeiro a dezembro, com pagamento em março do ano fiscal seguinte.

A prática de remuneração variável baseado no Plano de Opção da Companhia se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

No Programa 2011 as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 01 (um) ano da entrada em operação de um pool de projetos.

No Programa 2013 as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da performance do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;*

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia*

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	18,00	5,00		23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.457.293,42		4.457.293,42
Benefícios direto e indireto	0,00	491.077,68		491.077,68
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.050.354,97		2.050.354,97
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	480.000		480.000
Participação de resultados	0,00	3.699.798,43		3.699.798,43
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	2.917.941,60		2.917.941,60
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº02/2016. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	14.096.466,10		14.096.466,10

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº de membros	18	5		
Remuneração fixa anual		4.283.924		
Salário ou pró-labore	0	2.478.723		
Benefícios direto e indireto	0	510.757		
Participações em comitês	0	0		
Outros	0	1.294.444		
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais e provisões		
Remuneração variável		975.025		
Bônus	0	975.025		
Participação de resultados	0	0		
Participação em reuniões	0	0		
Comissões	0	0		
Outros	0	0		
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		
Cessação do cargo	0	0		
Baseada em ações	0	6.259.587		
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0	R\$11.518.536,84		

***Valor efetivamente reconhecido de bônus, corresponde a valores pagos referentes a performance de 2013, valores de 2014 não mensurados no momento da elaboração do relatório.**

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,75	4,42		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.154.268,67		
Benefícios direto e indireto	0,00	279.821,24		
Participações em comitês	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00		
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	650.100,00		
Participação de resultados	0,00	0,00		
Participação em reuniões	0,00	0,00		
Comissões	0,00	0,00		
Outros	0,00	333.567,28		
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais		
Pós-emprego	0,00	0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		
Baseada em ações	0,00	1.827.231,40		
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	5.244.988,59		

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,25	4,75		18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.755.000,00		1.851.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	231.701,54		231.701,54
Participações em comitês	8.000,00	0,00		8.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	671.000,00		671.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	31.122,00	529.927,88		561.049,88
Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 31.122,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 529.927,88 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		

Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	7.935.921,44		7.935.921,44
Observação	1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração. 2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.		
Total da remuneração	135.122,00	11.123.550,86		11.258.672,86

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável exercício - 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	17,67	5	N/A	22,67
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	240.000	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	480.000	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.415.609,55	N/A	7.415.609,55
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	3.699.798,43	N/A	3.699.798,43
Valor efetivamente reconhecido	N/A	0	N/A	0

***Valor que será efetivamente reconhecido em 2016, conforme performance de 2015.**

Remuneração variável exercício – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,58	4,17	N/A	20,75
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.231.662,28	N/A	5.231.662,28
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	2.615.831,14	N/A	2.615.831,14
Valor efetivamente reconhecido	N/A	3.532.951,09	N/A	3.532.951,09
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	1.396.163,81	N/A	1.396.163,81

***Valor que será efetivamente reconhecido em 2015, conforme performance de 2014.**

Remuneração variável exercício – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,75	4,42	N/A	22,423
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.424.800,00	N/A	3.424.800,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	1.712.400,00	N/A	1.712.400,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	448.000,00	N/A	448.000,00
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

***Valor efetivamente reconhecido em 2014, corresponde a valores pagos referente a performance de 2013.**

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,25	4,75	N/A	18
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Gestão. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”) onde serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidade. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções (“Contrato de Outorga”) a ser celebrado entre nós e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) O número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) O prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) Eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (iv) Quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, cabe mencionarmos que o prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo o mesmo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

Programa 2011: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2011 poderão ser exercidas em 04 lotes condicionados a cumprimento de etapas dos projetos. Por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia com base no Programa 2011 foi suspensa. Após o cumprimento das obrigações já assumidas pela Companhia decorrentes da aplicação do Programa 2011, ele se tornará cancelado de pleno direito e não produzirá efeitos perante seus beneficiários.

Programa 2013: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2013 poderão ser exercidas em quatro lotes anuais iguais, cada um equivalente a 25% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos Contratos de Outorga, por um prazo de 6 anos a contar da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Deste programa houve 01 lote de outorgas a beneficiários realizada em 2014. A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, aprovou o Programa 2013 e estabeleceu que ele deverá ser aplicado a todas as novas outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos por deliberação do Conselho de Administração.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, dessa forma constitui instrumento de incentivo para o comprometimento dos administradores da Companhia com o futuro dessa e a geração de valor, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

- e. *Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo*

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

- f. *Número máximo de ações abrangidas*

O Plano de Opção pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

- g. *Número máximo de opções a serem outorgadas*

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

- h. *Condições de aquisição de ações*

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

- i. *Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores ao da outorga, a ser corrigido por IGPM até a data de exercício das opções de compra de ações.

- j. *Critérios para fixação do prazo de exercício*

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é de no máximo seis anos à contar da assinatura do contrato.

- k. *Forma de liquidação*

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga outras formas, condições e prazos de pagamento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

l. Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

- (i) em caso de desligamento por iniciativa do participante, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e
- (ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

- (i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e
- (ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da

aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis aos Programas 2011 e 2013.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 2015, 2014 e 2013, os membros do Conselho de Administração da Companhia não receberam qualquer tipo de remuneração. Não há previsão de remuneração em relação aos membros do Conselho de Administração para o exercício social corrente.

As informações apresentadas abaixo referem-se à Diretoria Estatutária da Companhia.

Em relação ao Programa 2011

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2016)

Diretoria Estatutária	
No Total de Membros	5
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	1
Data da outorga	Não definida
Quantidade de opções outorgadas	28.000 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	15 dias após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	24 meses após a outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	15 dias após a outorga
Valor Justo das opções na data da outorga	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2015

No Total de Membros	4,17
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3
Data da outorga	06/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	23.161 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	15 dias após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	24 meses após a outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	15 dias após a outorga
Valor Justo das opções na data da outorga	R\$ 29,40/unit
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$29,40/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,04%
Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração	

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 2014

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3
Data da outorga	30/10/2014
Quantidade de opções outorgadas	20.553 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	15 dias após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	24 meses após a outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	15 dias após a outorga
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício	n/a

social	
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$29,40/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,08%

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 2013:

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prado para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Em relação ao Programa 2013

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2016)

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	5
Data da outorga	A definir
Quantidade de opções outorgadas	723.092 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses
Preço médio ponderado de exercício:	

(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,68%

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)

N° de membros de tiveram opções outorgadas	0
Data da outorga	n/a
Quantidade de opções outorgadas	0
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 2014:

N° de membros de tiveram opções outorgadas	1
Data da outorga	19/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	30.690 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses
Preço médio ponderado de exercício:	n/a
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	R\$ 38,42
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a

(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$ 9,61/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,04%

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As informações apresentadas abaixo referem-se às opções de ações em aberto de programas existentes na companhia e sua distribuição para Conselheiros e Diretoria Estatutária da Companhia.

Em relação ao Programa 2011

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	16	5
Nº de membros remunerados	0	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	R\$ 0,34
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$ 29,40
Opções Exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	R\$ 0,34
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$ 29,40
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	n/a

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

Em relação ao Programa 2013

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	16	5
Nº de membros remunerados	0	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	n/a	23.018 units
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	25% em 31/07/2016 25% em 31/07/2017 25% em 31/07/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	31/07/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	12 meses após a outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	R\$ 41,42
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$ 9,61
Opções Exercíveis		
Quantidade	n/a	7.672 units
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	31/07/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	12 meses após a outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	R\$ 41,42
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$ 9,61
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	R\$ 73.727,92

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,17
No de membros remunerados	--	3
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	23.161 ONs 46.322 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o	--	R\$31,64

valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	--
Preço médio ponderado de aquisição	--	--
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	--

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,42
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	29.610 ONs 59.220 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$38,55
Ações entregues	--	--
Número de ações entregues	--	--
Preço médio ponderado de aquisição	--	--
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	--

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,75
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$37,30
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	--
Preço médio ponderado de aquisição	--	--
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	--

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2015			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	2.719.683	1,15%	5.438.566	6,64%
Diretoria	102.802	0,04%	205.600	0,25%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	4,17	4,42	4,75	16,58	16,75	13,25
Valor da maior remuneração(Reais)	2.351.765,67	1.167.413,88	2.629.631,45	0,00	0,00	70.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	438.230,35	840.329,82	1.374.152,10	0,00	0,00	44.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.419.268,10	942.553,10	2.002.429,32	0,00	0,00	57.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
Conselho de Administração	
31/12/2015	Valores de 31/12/2015 referentes a todos os pagamentos ocorridos na competência 2015, incluindo bônus pago em março de 2015 refere à 2014
31/12/2014	Valores de 31/12/2014 referentes a todos os pagamentos ocorridos na competência 2014, incluindo bônus pago em março de 2014 refere à 2013
31/12/2013	Somente dois membros do conselho de administração da Companhia são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Dez/15	Dez/14	Dez/13
Diretoria Estatutária	100%	100%	99%
Conselho de Administração*	0%	0%	1%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros independentes da Companhia são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO IV

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ITENS 12.5 a 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: (a) nome (b) data de nascimento (c) profissão (d) CPF ou número do passaporte (e) cargo eletivo ocupado (f) data de eleição (g) data da posse (h) prazo do mandato (i) outros cargos ou funções exercidas no emissor (j) se foi eleito pelo controlador ou não (l) número de mandatos consecutivos.

Nome:	Evandro Leite Vasconcelos
Data de Nascimento:	15.11.1956
Profissão:	Engenheiro Civil
CPF:	251.704.146-68
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	3

Nome:	Luiz Felipe da Silva Veloso
Data de Nascimento:	06.10.1959
Profissão:	Economista
CPF:	432.907.286-68
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	César Vaz de Melo Fernandes
Data de Nascimento:	05.11.1957
Profissão:	Engenheiro Eletricista

CPF:	299.529.806-04
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Wander Luiz de Oliveira
Data de Nascimento:	15.01.1961
Profissão:	Engenheiro
CPF:	246.978.186-87
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Ricardo Lopes Delneri
Data de Nascimento:	08.09.1970
Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	157.602.498-94
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	6

Nome:	Thiago Montenegro Henry
Data de Nascimento:	01.09.1984
Profissão:	Economista
CPF:	330.127.548-65
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Renato do Amaral Figueiredo
Data de Nascimento:	27.08.1970
Profissão:	Engenheiro
CPF:	146.623.258-70
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	6

Nome:	Daniel Teruo Famao
Data de Nascimento:	
Profissão:	Engenheiro
CPF:	299.262.938-32
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes
Data de Nascimento:	21.01.1962
Profissão:	Contador
CPF:	761.155.427-15
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Roberto Caixeta Barroso
Data de Nascimento:	25.08.1980
Profissão:	Contador
CPF:	013.011.556-83
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	1

Nome:	Luiz Felipe Negreiros de Sá
Data de Nascimento:	03.02.1976
Profissão:	Economista
CPF:	013.620.317-55
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	1

Nome:	Renata Avidos Pereira Weiskopf
Data de Nascimento:	15.09.1977
Profissão:	Engenheira
CPF:	077.031.247-02
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	1

Nome:	Geoffrey David Cleaver
Data de Nascimento:	01.03.1961
Profissão:	Administrador de Empresas
CPF:	063.631.758-79

Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Sim
Número de mandatos consecutivos:	6

Nome:	Carlos José Teixeira Correa
Data de Nascimento:	01.04.1965
Profissão:	Economista
CPF:	844.493.577-87
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Não
Número de mandatos consecutivos:	5

Nome:	Silvio Cláudio Peixoto de Camargo
Data de Nascimento:	03.01.1971
Profissão:	Administrador
CPF:	122.917.168-16
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Efetivo
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não
Eleito pelo controlador ou não:	Não
Número de mandatos consecutivos:	2

Nome:	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Data de Nascimento:	05.02.1972
Profissão:	Administrador
CPF:	168.126.648-20
Cargo eletivo ocupado:	Conselheiro Suplente
Data de eleição:	29.04.2016
Data da posse:	29.04.2016
Prazo do mandato:	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor:	Não

emissor:	
Eleito pelo controlador ou não:	Não
Número de mandatos consecutivos:	2

Letra (k) do item 12.5 da IN/CVM 480 – Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência.

A Companhia informa que para determinar a independência e o critério de eleição do Conselheiro utilizou os termos estabelecidos no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa:

“Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Letra (m) do item 12.5 da IN/CVM 480 – Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Evandro Leite Vasconcelos – Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em engenharia de recursos hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na

Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG e Diretor de Energia da Light S.A.

Luiz Felipe da Silva Veloso – O Sr. Luiz Felipe da Silva Veloso é formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pós-Graduado em Finanças pela Fundação Dom Cabral e em Novos Negócios pela Fundação Dom Cabral/Insead. Foi Analista Sênior de Tarifas na CEMIG entre 1985 a 2004, Gerente de avaliação de investimentos entre 2006 e 2011 e foi Superintendente de M&A entre 2006 e 2011. Ainda, foi Conselheiro Administrativo da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ entre 1995 e 1996 e Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG entre 2005 e 2010. Entre o período de maio de 2011 a dezembro de 2015 foi Assessor Especial da Presidência e Superintendente de Estratégia e Sustentabilidade da Furnas Centrais Elétricas S.A.

César Vaz de Melo Fernandes – O Sr. César Vaz de Melo Fernandes é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Finanças, Gestão e RH da Light S.A; membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Finanças e Técnico da Gasmig; membro do Conselho de Administração da Axxiom; membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças da Madeira Energia-UHE Santo Antônio; membro do Conselho de Administração da Ativas Data Center S.A.

Wander Luiz de Oliveira – O Sr. Wander Luiz de Oliveira é formado em Engenharia Mecânica e pós-graduado em Gestão Estratégica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do Conselho de Administração da Aliança Geração de Energia S.A. e da Aliança Norte Energia Participações S.A. desde 2015 e membro do Conselho de Administração da Retiro Baixo Energia S.A. e da Guanhães Energia S.A. desde 2014. Atualmente é Superintendente de Aquisição e Gestão de Negócios de Geração da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Ricardo Lopes Delneri – Administrador de empresas, formado pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP. Atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 por meio da criação da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. É Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia –

APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

Thiago Montenegro Henry – Economista formado pela Université de Versailles na França e mestre em economia e meio ambiente pela mesma Universidade. Atuou no International Finance Corporation (World Bank Group) de São Paulo como analista de investimento/crédito e consultor de crédito. No Instituto PNBE de Desenvolvimento Social de São Paulo foi gestor do projeto “Bióleo”. Cursou na Saint Paul Escola de Negócios-São Paulo/Brasil o Investment Banking Course; o Equity Fundamentals Course – IFC | World Bank, São Paulo – Brasil e o Credit Training Course – IFC | World Bank, Maryland – USA.

Renato do Amaral Figueiredo – Engenheiro elétrico formado pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP. Atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 por meio da criação da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. É Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e é conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

Daniel Teruo Fmano – Engenheiro de materiais formado pela Escola Politécnica da USP e certificado pelo PLD (Program for Leadership Development) na Harvard Business School. De 2009 a 2013 foi responsável pela Superintendência de Finanças Corporativas e RI da Renova Energia S.A. Anteriormente atuou na área de M&A da Iguatemi Empresa de Shopping Centers e na área de desenvolvimento e gestão de produtos da Telefônica.

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes – O Sr. Claudio Bernardo Guimarães de Moraes é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes, com MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec. Desde fevereiro de 2015 é membro da Diretoria Executiva da Light. Em junho de 2015 foi eleito para o cargo de Diretor de Finanças. Entre 1984 e 2015 atuou no BNDES, em cargos como: Gerente Executivo e Chefe de Departamento (1993-2003), acompanhando, dentre outros, os setores de mineração, metalurgia, siderurgia e cimento e Superintendente da Área de Operações Indiretas do BNDES (2003-2015). Atuou como Membro em diversos Conselhos de Administração, como CVRD, ETH Bioenergia e Odebrecht Agroindustrial.

Roberto Caixeta Barroso – O Sr. Roberto Barroso é formado em Ciências Contábeis pelo Unicentro

Newton Paiva e em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Possui Especialização em IFRS pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeira (FIECAFI - USP). Desde 2011, é Superintendente de Controladoria da Light, responsável pelas áreas contábil, tributária e base de remuneração regulatória. Atualmente é também presidente do Conselho Fiscal da Braslight, membro no Conselho Fiscal da AD-Rio, membro suplente no Conselho de Administração da Light Esco, e membro suplente no Conselho Fiscal da Abradee e da SE Olímpica. Trabalhou anteriormente como Gerente Sênior de auditoria na KPMG, onde atuou por oito anos atendendo a empresas brasileiras, canadenses, europeias e americanas, de acordo com BRGAAP, USGAAP (incluindo SOX 404) e IFRS.

Luiz Felipe Negreiros de Sá – O Sr. Luiz Felipe Sá ocupa atualmente o cargo de Superintendente de Participações e RI da Light. Anteriormente, de 2014 a 2015, foi Diretor Financeiro e de RI da BHG – Brazil Hospitality Group S/A. De 2000 a 2013, atuou na Light como Superintendente de Finanças e RI (2010-2013), Gerente de Operações Financeiras e Seguros (2004-2010), entre outras áreas, concomitantemente com o cargo de Diretor da Braslight Fundação de Seguridade Social (2010-2013). O Sr. Luiz Felipe Sá é economista formado pela UFRJ em 1997, possui Mestrado em Finanças pela FGV-RJ (2006) e Pós Graduação em Finanças Corporativas pelo IAG / PUC-Rio (1999). Participou em 2015 do programa “The CFO: Becoming a Strategic Partner” na The Wharton School / University of Pennsylvania (2015).

Renata Avidos Pereira Weiskopf – A Sra. Renata Avidos Pereira Weiskopf é Gerente de Participações da Light desde Março de 2016. Formou-se em Engenharia Elétrica de Produção pela PUC-Rio e possui MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC-RJ. A Sra. Renata Avidos iniciou sua carreira profissional no Rothschild, na área de fusões e aquisições, onde atuou de 1999 a 2009, sendo que de 2006 a 2008 trabalhou no escritório do Rothschild em Londres. De 2009 a 2010 atuou como Gerente de Planejamento Estratégico e M&A da Log-In Logística. De 2011 a 2013 foi Superintendente de Desenvolvimento Corporativo da Sul América. Em 2014 atuou como Gerente de Planejamento Financeiro e Controle da BTL Comércio e Participações S.A.

Geoffrey David Cleaver – Administrador de empresas, formado pela FAAP em 1984. É Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura.

Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity.

Carlos José Teixeira Correa – Economista formado pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. Foi funcionário do Banco Real S/A, onde atuou como Gerente de Relacionamento e na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank – Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate Local do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação de todos os projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde exerce a posição de Superintendente de Investimentos. É membro do Grupo de Trabalho em Infraestrutura ABDIB/ABVCAP e Coordenador do Comitê Executivo de Infraestrutura da Associação Brasileira de Venture Capital – ABVCAP.

Silvio Cláudio Peixoto de Camargo – graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Private Equity, Venture Capital e Governança Corporativa pela Harvard Business School. Possui mais de 19 anos de experiência no mercado financeiro onde atuou como analista de investimento em diversas instituições financeiras, bem como gestor de fundos de investimento em gestores independentes e, atualmente é sócio da empresa Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda. e é membro do Conselho de Administração da Fertilizantes Heringer. Foi membro do Conselho de Administração da Trisul Incorporadora e da Bradespar (suplente) até março de 2015 e da Cerâmica Topázio até dezembro de 2014. Além dos cargos acima, o Sr. Silvio Cláudio Peixoto de Camargo é Conselheiro da Fertilizantes Heringer (Out/13 – Presente) e da Renova Energia S.A. (Dez/14 – Presente).

Peter Edward Cortes Marsden Wilson – graduado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas, com MBA em finanças na Fundação Getúlio Vargas – EAESP São Paulo e Mestrado em economia na Fundação Getúlio Vargas – Escola de Economia de São Paulo. De 1993 a 1997 atuou

como Trader e Controller no Banque Nationale de Paris em São Paulo e em Nova York. De 1999 a 2001, como gestor de investimentos ajudou a desenvolver a área de negócios de América Latina na Globalvest Management L.P/Latinvest Asset Management. De 2001 a 2003, como gerente financeiro sênior, foi responsável pela formação e controle de todos os fundos Offshore da Ourinvest Asset Management Ltd. em São Paulo e em Grand Cayman Island. Do ano de 2004 a 2007 atuou como gestor de patrimônio, foi responsável pela administração do patrimônio de famílias, com ativos totais acima de 200 milhões de dólares na PHI Capital Management. Atualmente é sócio responsável pela área de gestão de patrimônio e finanças corporativas com rentabilidade de carteiras gerenciadas acima de 120% do CDI da Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda. Além dos cargos acima, o Sr. Peter Edward Cortes Marsden Wilson é Conselheiro de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. com mandato de 2011 a 2017, é Conselheiro de Administração da Confab com mandato de janeiro de 2012 a setembro de 2012 e é Conselheiro de Administração da Minupar S.A. com mandato de 2011 a Dezembro de 2012.

Letra (n) do item 12.5 da IN/CVM 480 – Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Com relação aos membros indicados pela administração, nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

MEMBROS	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
André Rocha Mahmoud	81,00%

Ricardo Lopes Delneri	86,00%
Tiago de Sousa Guedes	76,00%
Renato do Amaral Figueiredo	81,00%
Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier	14,00%
Geoffrey David Cleaver	48,00%
Luiz Fernando Rolla	10,00%
Silvio Claudio Peixoto de Camargo	90,00%
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	62,00%
Ana Paula de Sousa Soares	46,00%
Evandro Leite Vasconcelos	71,00%
Daniel Teruo Famano	62,00%
Thiago Montenegro Henry	57,00%
Fellipe Fernandes Goulart dos Santos	19,00%
Carlos José Teixeira Correa	29,00%
Marcelo Pereira de Carvalho	43,00%
Fernando Henrique Schüffner Neto	14,00%
Carlos José Teixeira Correa	19,00%
Peter Edward Corets Marsden Wilson	4,80%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Todos os comitês de assessoramento da Companhia são compostos por membros do Conselho de Administração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Percentual de participação nas Reuniões do Comitê Financeiro realizadas no último exercício após a posse no cargo.

Membros	Percentual
Daniel Teruo Famano	100%
André Rocha Mahmoud	40%
Ricardo Lopes Delneri	80%
Tiago de Sousa Guedes	100%
Marcelo Pereira de Carvalho	20%
Fellipe Fernandes Goulart	20%

Percentual de participação nas Reuniões do Comitê de Gestão realizadas no último exercício após a posse no cargo.

Reuniões	
Membros	Percentual
Daniel Teruo Famano	100%
Tiago de Sousa Guedes	100%
Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier	60%
Ricardo Lopes Delneri	40%
Ana Sílvia Corso Matte	20%

Percentual de participação nas Reuniões do Comitê de Engenharia e Operações e Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção (unificados) realizadas no último exercício após a posse no cargo.

	Reuniões
Membros	Percentual
Daniel Teruo Famano	100%
Tiago de Sousa Guedes	100%
Renato do Amaral Figueiredo	100%

Percentual de participação nas Reuniões do Comitê de Talentos e Remuneração realizadas no último exercício após a posse no cargo.

	Reuniões

Membros	Percentual
Daniel Teruo Famano	100%
Tiago de Sousa Guedes	100%
Ricardo Lopes Delneri	100%
Ana Sílvia Corso Matte	100%
Percentual de participação nas Reuniões do <u>Comitê de Auditoria e Compliance</u> realizadas no último exercício após a posse no cargo.	
	Reuniões
Membros	Percentual
Daniel Teruo Famano	100%
Tiago de Sousa Guedes	100%
André Rocha Mahmoud	100%
Maurício José Palmieri Orlandi	29%
Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier	14%
Marcelo Pereira de Carvalho	57%
Fellipe Fernandes Goulart	57%
Thiago Montenegro Henry	57%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor, (b) i. administradores do emissor e ii. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor (c) i. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e ii. controladores diretos ou indiretos do emissor (d) i. administradores do emissor e ii. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Com relação a todos os indicados a membro do conselho de administração, não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) outros administradores da Companhia; (ii) administradores de suas controladas, diretas ou indiretas; (iii) seus controladores, diretos ou indiretos; ou (iv) administradores de seus controladores, diretos ou indiretos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou

indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social b. controlador direto ou indireto do emissor c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

César Vaz de Melo Fernandes é Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Companhia Energética de Minas Gerais; Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.;

Wander Luiz de Oliveira é Superintendente de Aquisição e Gestão de Negócios de Geração da Cemig Geração e Transmissão S.A.;

Evandro Leite Vasconcelos é Diretor Comercial da CEMIG;

Luiz Felipe da Silva Veloso é funcionário da Diretoria Financeira da CEMIG;

Ricardo Lopes Delneri é Diretor da RR Participações S.A.;

Thiago Montenegro Henry é funcionário de uma subsidiária integral da RR Participações S.A.;

Renato do Amaral Figueiredo é Diretor da RR Participações S.A.;

Daniel Teruo Famano presta serviços como consultor para a controladora direta RR Participações S.A.;

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes é Diretor na Light;

Roberto Caixeta Barroso é Superintendente de Controladoria da Light;

Luiz Felipe Negreiros de Sá é Superintendente de Participações e RI da Light; e

Renata Avidos Pereira Weiskopf é Gerente de Participações da Light.